

REVOLUÇÃO CULTURAL

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar as transformações operadas na passagem do século XIX para o XX no que diz respeito à emancipação feminina;

perceber a noção de cultura em suas manifestações cotidianas, tais como a estruturação familiar, modos de vestir, e não apenas aquela relacionada à cultura habitualmente associada às elites.

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, além da noção de revolução, trabalharemos com a de cultura. Não iremos, contudo, abordar a cultura como aquela que por vezes é denominada “alta cultura”, devido ao fato de se tender a associá-la exclusivamente – portanto equivocadamente - à cultura das elites, afirmando que esta é representada, por exemplo, pela literatura e pelas artes plásticas, entre outras manifestações.

Nossa proposta é abordar a cultura compreendendo que ela constitui “o complexo mundo cotidiano que todos encontramos e pelo qual todos nos movimentamos”. Em tal sentido, “a cultura começa no ponto em que os humanos superam o que quer que seja dado em sua herança natural” (EDGAR & SEDGWICK, 2003, p. 75).

Sendo assim, não existe “a cultura”, mas culturas (no plural). Considerada dessa forma, a noção de cultura faz referência não apenas às múltiplas formas de arte, mas à cultura material; não apenas ao escrito, mas ao oral; não apenas ao drama, mas ao ritual; não apenas à filosofia, mas às mentalidades das pessoas comuns. Em tal abordagem a vida cotidiana, ou cultura cotidiana, ou “poética do comportamento cotidiano” assume grande importância. Considere-se ainda, tendo-se em vista seu caráter múltiplo e plural, que tudo que se transmite culturalmente sofre alterações, se transforma (BURKE, 2006, p. 246-248).

Veja-se o exemplo da família, o qual será acompanhado mais à frente. A partir dele é possível perceber que, embora muitas vezes possamos ficar tentados a conceber a família como o conjunto constituído pelo pai, mãe e filhos, de forma universal e semelhante através dos tempos, não é isso que se observa. De tal forma que, acompanhando as feições assumidas pela instituição familiar na Europa no curto espaço de um século, já se torna possível constatar muitas transformações.

Assim pensada a problemática da cultura, podemos ter também uma ideia aproximada do quanto é amplo o alcance da sua noção. Evidentemente, tudo que viemos tratando até aqui está inteiramente ligado ou diz respeito, de uma maneira ou de outra, ao problema da cultura. Afinal, toda e qualquer produção humana faz parte da cultura, toda vida cotidiana acontece mergulhada no mundo da cultura. “Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual, um artesão” (BARROS, 2008, p. 47).

Para perceber aspectos culturais que passaram por importantes transformações, caracterizando verdadeiras revoluções, focaremos temas relacionados entre si e profundamente ligados à ascensão da sociedade capitalista, conforme viemos discutindo até aqui. Naquilo que se refere às balizas temporais, atravessaremos desta feita as fronteiras entre o século XIX e o XX. Os temas propostos são: o feminismo e a emancipação feminina, transformações operadas na estrutura familiar, e a problemática da moda e do vestuário.

A EMANCIPAÇÃO FEMININA

No ano de 1793, em plena vigência do regime do Terror, a escritora francesa, autora de peças de teatro e também ativa revolucionária Marie Olympe de Gouges (1748-1793) foi conduzida à guilhotina. Sua acusação baseava-se no fato de ter se pronunciado favoravelmente ao rei Luís XVI. Mas não é esse o ponto que mais nos interessa aqui.

Olympe de Gouges foi a autora de uma Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, datada de 1791, na qual clamava em favor da emancipação feminina, pretendendo estender às mulheres os mesmos direitos previstos para os homens, conforme já haviam sido estabelecidos no texto da Declaração dos direitos do homem e do cidadão.

Não era a primeira vez que, na França, alguém clamava em prol do reconhecimento de direitos às mulheres. Por exemplo, em 1787, o filósofo iluminista e político Marquês de Condorcet (1743-1794) já havia publicado trabalho propondo a extensão dos direitos políticos e de cidadania às mulheres. O ponto essencial, no caso de Olympe de Gouges, foi a iniciativa feminina em tal sentido, embora não viesse a obter êxito. As mulheres prosseguiriam ainda muitos anos, depois da morte da escritora, afastadas dos direitos políticos.

Não foi apenas de Gouges que tomou parte ativamente na Revolução Francesa. Afinal, foram muitas as mulheres que saíram às ruas, sendo elas que lideraram os movimentos e passeatas que resultaram na fuga do rei Luís XVI do seu palácio em Versalhes, além de muitos outros movimentos à frente dos quais se colocaram naquele período de lutas.

Dando um salto de alguns anos e focando a Espanha, constatamos que, entre os anos de 1810 e 1815, o pintor espanhol Francisco Goya y Lucientes (1746-1828), considerado um dos precursores da pintura moderna, produziu uma série composta por 80 gravuras em metal, sob o título de *Los desastres de La guerra*. Seu objetivo era registrar e denunciar as impressões que lhe ficaram dos tempos em que a Espanha esteve sob a ocupação dos exércitos napoleônicos, fato observado entre os anos de 1808 e 1814 e que teve o artista por testemunha.

Observando suas gravuras, constata-se que, na concepção de Goya, a guerra não apresentava vencedores, nem vencidos. “Mais do que tudo, Goya apregoa a mensagem inegável de que não existe nada de nobre na guerra” (HUGHES, 2007, p. 340), pois considerava que, de uma maneira ou de outra, todos perdiam. Foi essa percepção que o artista pretendeu fixar em suas representações sobre o tema. Mas ele registrou muito mais. Em algumas das suas gravuras, pode-se notar a presença e a atuação feminina.

Na gravura apresentada a seguir, intitulada *Y son fieras* (E são feras) e que pertence à série sobre a guerra, constatamos a presença de soldados

franceses sendo enfrentados por mulheres espanholas. Uma delas, colocada em primeiro plano, ao centro da imagem, ao mesmo tempo em que ataca um soldado, segura e protege atrás de si um bebê. Como destaca Robert Hughes (2007, p. 340), “A conjunção da criança desamparada com o ataque determinado da mãe é brilhantemente teatral”. À sua esquerda, outra figura feminina sustenta uma grande pedra, que provavelmente irá arremessar contra seus inimigos.



Imagem 7. Francisco Goya y Lucientes. Y son fieras, 1810-1815 (HUGHES, 2007, p. 340).

Segundo podemos observar na gravura de Goya, a atuação feminina contribuiu nas lutas travadas no território espanhol, visando a expulsar o invasor francês. Conforme vimos linhas atrás, essa situação da mulher tomando parte ativamente em lutas e insurreições já pode ser observada durante o correr da Revolução Francesa e nas revoluções que se seguiram.

Sua participação nos espaços públicos, na economia e na política – todos eles percebidos como lugares de homem - tenderia a se acentuar conforme avançavam os séculos XIX e XX. Mas o seu reconhecimento seria obtido somente através de lutas e muita persistência, estando sujeita a avanços e recuos, além de variações muito grandes de uma região para outra da Europa.

Apesar disso, a historiadora francesa Michelle Perrot assevera que a mulher é uma pessoa excluída da história, mesmo porque o “ofício do historiador” tende a ser “um ofício de homens que escrevem a história no masculino”. E acrescenta:

Essa exclusão, aliás, não é senão a tradução redobrada de uma outra exclusão: a das mulheres em relação à vida e ao espaço público na Europa Ocidental no século XIX. A política – a direção e a administração do Estado – constitui-se imediatamente como apanágio masculino. (...) Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder. (PERROT, 2001, p. 185-186).

UMA HIERARQUIA DE PODERES

Em estudo publicado pela revista Estudos feministas datada do ano de 2008, Eleonora Menicucci de Oliveira propõe que “as desigualdades de gênero somam-se às demais diferenças sociais explicando os diferentes lugares de poder que ocupam no mundo do trabalho as mulheres e os homens”. Por isso, a definição de papéis e lugares no espaço social se dá no interior de “hierarquia de poder que se estabelece em todos os níveis das diferentes relações sociais, de gênero e de raça, existentes no tecido social, na esfera política, jurídica, da família, do trabalho e nas relações domésticas, no âmbito subjetivo que constitui a esfera privada, com repercussões nas diferentes dimensões da esfera pública”. (OLIVEIRA, 2008, p. 235, 237).

O feminismo “engloba teoria, prática ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social”, em um processo que resulta não apenas na transformação de si mesmas, mas do mundo no qual elas se fazem agentes.

Mesmo assim, não se pode desconsiderar que os movimentos que visam à emancipação feminina via de regra tendem a ser provenientes e mobilizar as camadas médias da sociedade, permanecendo fora deles as mulheres oriundas de extratos sociais menos privilegiados. Em outras palavras, no século XX, devido à forma como o movimento tem se organizado, a imagem da feminista tem sido caracterizada como branca, de classe média e intelectualizada.

Contudo, pensando o problema sob a ótica das transformações pelas quais passou no Brasil, temos “índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino”. (RIBEIRO, 2006).

Cabe a nós, portanto, como historiadores, não apenas detectar, mas propor meios para a compreensão dessas especificidades de nossa realidade, pois, conforme se pode observar, ela tende a não se enquadrar nos grandes modelos propostos por estudos fundamentados em outros contextos históricos.

O TRABALHO DAS “PROLETÁRIAS DOS PROLETÁRIOS”

Cenas como a registrada por Goya não eram corriqueiras, uma vez que, ainda no século XIX, o padrão da existência feminina tendia a restringir sua atuação, assim como suas ocupações, ao ambiente doméstico. Ao menos era assim que se passava nas zonas “menos desenvolvidas” do mundo. Segundo Eric Hobsbawm (2009), essa tendência permaneceu mesmo com a proliferação das indústrias domésticas, que viveram um período de crescimento durante a fase inicial da Revolução Industrial e cujos produtos eram comercializados em mercados mais amplos, possibilitando à mulher a combinação de trabalho pago com a supervisão da casa e dos filhos.

Vitimadas pelas indústrias maiores, aquelas de caráter doméstico tenderam a uma certa decadência conforme avançava o século XIX. Nesse novo modelo econômico que foi se afirmando na Europa, a renda familiar, uma vez obtida fora do espaço doméstico, passou a ser proporcionada por aqueles que se deslocavam até o local de trabalho – por exemplo, a fábrica – e traziam o dinheiro. Tal situação contribuiu para ampliar a dependência feminina em relação ao homem, dadas as dificuldades de dar atenção aos filhos e ao lar – funções que são deixadas a seu cargo - e trabalhar fora do espaço doméstico.

A MULHER E OS “TRABALHOS DOMÉSTICOS”: SERÁ QUE SEMPRE FOI ASSIM?

Segundo Michelle Perrot, uma das grandes novidades em relação à posição feminina no século XIX é a sua subordinação ao lar, derivada da divisão do trabalho e da separação dos locais de produção (a fábrica) e consumo (o lar). Acompanhemos como a historiadora francesa evidencia que a condição feminina é histórica, portanto variável no tempo e no espaço:

Na sociedade dita tradicional, a família é uma empresa e todos os seus membros concorrem juntos, à medida de cada um, para a sua prosperidade. Ainda que exista uma partilha frequentemente muito acentuada dos papéis e tarefas, continua a haver uma certa fluidez nos empregos. Os trabalhos domésticos não são apanágio exclusivo das mulheres, e os homens podem ajudar; por exemplo, a preparação de certos alimentos fica a cargo deles. A indústria têxtil a domicílio teria aumentado essa fluidez: testemunhos e imagens mostram-nos trocas de papel, o homem a cozinhar ou varrer, a mulher a acabar sua peça. A unidade de lugar, associando domicílio e trabalho, produção e consumo num mesmo espaço, é favorável a essa alternância, aliás, limitada (PERROT, 2001, p. 189).

As mulheres e as crianças que trabalhavam fora do lar – trabalho tido como “inferior” – recebiam menos, uma vez que se tornara quase um con-

senso que o homem seria o responsável por manter toda a família. Tal crença se mantinha mesmo quando se tornava evidente que o trabalho infantil e o feminino eram imprescindíveis para a subsistência da família. Por outro lado, embora os qualificassem como “inferiores”, as indústrias estimulavam tanto o trabalho infantil quanto o feminino, pois constituíam mão de obra barata e fácil de intimidar, devido à menor possibilidade de que crianças e mulheres se rebelassem por conta das péssimas condições de trabalho.

Assim sendo, o trabalho tido como verdadeiramente produtivo prosseguia sendo percebido e reconhecido como atividade essencialmente masculina, ainda que fosse inegável que o acréscimo na renda familiar decorrente do trabalho feminino assumisse papel importante na subsistência da família. Essa importância se torna mais evidente em momentos de crise e desemprego, quando, fazendo faxina e lavando roupa, as mulheres garantiam o mínimo indispensável, ao mesmo tempo em que não podiam descuidar de dar à luz, amamentar, cuidar das crianças, fazer os “serviços de casa” (HOBSBAWM, 2009, p. 307-312; PERROT, 1997, p. 111, 144).

Tais condições faziam das mulheres “as proletárias dos proletários”, conforme as definiu o economista e filósofo francês Charles Fourier (1772-1837). E, em parte, ajudam a compreender a necessidade crescente de controlar a dimensão da família, fato observado com mais nitidez a partir de meados da década de 1870, particularmente nos países “desenvolvidos”.

Outra possível explicação é proposta por Eric Hobsbawm, o qual enfatiza a ambição de ascensão social, ou, ao menos, o desejo de proporcionar aos filhos melhores condições de existência. Segundo o historiador britânico:

O controle da natalidade indicava significativas mudanças culturais, tanto em relação às crianças quanto ao que homens e mulheres esperavam da vida. Se os filhos deviam ser mais bem-sucedidos que seus pais (...), era preciso que tivessem melhores oportunidades na vida; e famílias menores dedicavam mais tempo, mais cuidados e mais recursos a cada um dos filhos. (HOBSBAWM, 2009, p. 305-306)

Combinar emancipação, carreira e maternidade constituía uma questão por vezes respondida de maneira mais radical: “Um grande número, provavelmente a maioria, das mulheres emancipadas da classe média que optavam por uma carreira num mundo masculino, nesta época, resolvia o problema abstendo-se de ter filhos, recusando-se a casar e com frequência (como na Inglaterra) pelo virtual celibato”. (HOBSBAWM, 2009, p. 337).

Deparando-se com situações dessa natureza, os estudos em torno do feminismo e da história do processo de emancipação feminina desvendaram “não só as diferentes repercussões dessa divisão no corpo das mulheres e dos homens, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, como os diferentes lugares que ocupam na sociedade e, mais, que o(s) mundo(s) do trabalho tem/têm dois sexos” (OLIVEIRA, 2008, p. 237).

NOVOS “LUGARES DE MULHERES”

Nas décadas finais do século XIX, tanto as mulheres da classe operária como as da classe média viam sua posição começar a mudar, especialmente por conta de suas lutas e do papel econômico por elas exercido, ou seja, da sua crescente participação em atividades fora do lar e remuneradas, tais como em lojas, escritórios, comércio, indústrias.

Em tal processo, deve-se também considerar o magistério, que tendeu a tornar-se atividade feminizada, pois, afinal, considerava-se indesejável que homens ensinassem o número cada vez maior de meninas que ingressavam nas escolas. Por sinal, a expansão da educação secundária para as meninas deve ser apontada como um dos sintomas das mudanças de posição nas aspirações femininas entre o final do século XIX e décadas iniciais do XX, processo que, evidentemente, ocorreu de forma desigual na várias regiões da Europa, para não mencionar outras regiões do globo.

Na vida política as coisas se passavam de forma semelhante. Apesar da crescente e inegável participação feminina na economia, os seus direitos à cidadania e à participação na política não eram reconhecidos. Em muitos países, mas com especial ênfase na Inglaterra e nos Estados Unidos, as lutas em prol do direito feminino ao voto foram continuadas, obtendo-se resultados mais evidentes somente após a Primeira Guerra Mundial.

Dessa maneira,

inicialmente, o feminismo estava preocupado com a igualdade política e econômica das mulheres com os homens. (...) O século XX assistiu à proliferação de movimentos e grupos de direitos civis em campanha pela igualdade econômica que se concentrava nas questões do Estado de bem-estar social para mães, educação igual e pagamento igual. Essas primeiras questões feministas continuam a ser uma prioridade para todas as feministas, e são um apoio vital para a ulterior teoria feminista, em sua ênfase na importância da igualdade econômica e política como um pré-requisito para a emancipação das mulheres. (EDGAR & SEDGWICK, 2003, p. 125)

Ainda em plena década de 1920, a igualdade de vencimentos prosseguia como um motivo de luta, pois “com exceções sem importância, as mulheres podiam ainda esperar ganhar muito menos que os homens pelo mesmo trabalho, ou para ocupar cargos que, sendo ‘empregos de mulheres’, eram por esse motivo mal pagos”. (HOBSBAWM, 2009, p. 339).

Quanto ao voto feminino, foi nesse período que países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Irlanda, Noruega, Polônia, Países Baixos, Rússia Áustria, Tchecoslováquia, Dinamarca e Suécia o reconheceram como legítimo.

UM NOVO MODELO DE FAMÍLIA E UM NOVO FEMINISMO

Com o avançar do século XX, novas alterações na estrutura de relações entre os sexos tiveram lugar e aprofundaram as transformações no seio familiar, já proporcionadas pela redução no número de filhos e pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Na segunda metade do século, em virtude do número crescente de divórcios, essa conformação tendia a se transformar, em diversos países ocidentais. Foi o que se observou na Inglaterra, na Bélgica, na França, na Dinamarca e na Noruega. O mesmo pode ser dito em relação aos indivíduos que viviam sós, dos nascimentos ilegítimos, bem como das famílias com apenas um dos pais, predominando a presença das mães solteiras.

Essas mudanças determinaram uma alteração no modelo de família até então predominante de forma quase mundial e pautado na existência de relações sexuais privilegiadas entre os cônjuges, na superioridade dos maridos em relação às esposas e dos pais em relação aos filhos, na família constituída por várias pessoas, enfim, na presença do grupo nuclear composto pelo casal e seus filhos (HOBSBAWM, 1995, p. 315-317).

Na França da década de 1970 várias leis relativas à família retomaram alguns princípios implantados durante a Revolução Francesa ou em decorrência dela, mas abolidos pouco tempo após: a nova “lei sobre o divórcio de 11 de julho de 1975 tornou o procedimento tão fácil quanto em 1792; a lei de 4 de junho de 1970 livrou o casal dos resquícios da supremacia conjugal do marido, tal como nos primeiros anos da Revolução; a lei de 3 de janeiro de 1972 assegurou aos filhos naturais direitos que já haviam sido concedidos a eles no ano II.” Por tudo isso, podemos nos perguntar, como fez Lynn Hunt: “Haverá maneira melhor de avaliar a modernidade dos princípios da Revolução e os efeitos a longo prazo (positivos e negativos) da herança revolucionária?” (PERROT, 1997, p. 51).

Também em meados do século XX, o ingresso em massa de mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho e a expansão da educação superior tenderam a impulsionar um reavivamento dos movimentos feministas, que há décadas – desde a conquista do voto e dos direitos civis, logo após a Primeira Guerra Mundial – permaneciam discretos, pouco presentes.

Um diferencial no que diz respeito a essa demanda feminina por ingressar no mercado de trabalho em meados do século XX é o fato de seus filhos não mais o fazerem, uma vez que passa a se impor a necessidade de proporcionar a eles uma educação capaz de melhorar suas perspectivas de sucesso profissional. Antes os filhos de famílias pobres trabalhavam para que suas mães se mantivessem no lar, ocupando-se das responsabilidades domésticas e reprodutivas. Depois, na época citada, as famílias necessitavam reforçar seus rendimentos para que seus filhos, em lugar de trabalhar, pudessem estudar. E assim, quem se dirigia ao mercado de trabalho eram as mães (HOBSBAWM, 1995, p. 310-313).

O MUNDO DA MODA E O VESTUÁRIO FEMININO



Imagem 8. Vestir-se com elegância no final do século XIX: somente com auxílio para os ajustes necessários (Fonte: <http://www.allposters.com.br>).

Referindo-se ao traje feminino da primeira metade do século XIX, período em que a excentricidade no vestir tendia a ser desaprovada, e considerando que os dois aspectos que as pessoas burguesas personalizavam nas aparências públicas eram a classe e o sexo, Richard Sennett detalha:

Nas décadas de 1830 e 1840, a silhueta feminina passou a ser definida pela cintura de vespa e pelas mangas em forma de perna de carneiro. A cintura extremamente fina só podia ser conseguida comprimindo-se o corpo num espartilho. O apelo desse aprisionamento estava, para as senhoras burguesas, no fato de que cheirava à dignidade dos tempos idos da corte, quando a realeza usava corpetes apertados e vestidos amplos. Por volta de 1840, quase todos os corpos femininos, abaixo da clavícula, estavam cobertos por algum tipo de roupa, uma vez que por essa época a saia havia gradativamente descido até cobrir novamente os pés. (SENNETT, 2001, p. 205).

Embora as mulheres – especialmente as pertencentes aos extratos melhor aquinhoados da sociedade – tendessem a iniciar o século XX em condições de relativa emancipação, tal situação se dava de forma muito diferenciada nas várias regiões da Europa. Por exemplo, na Viena dos tempos finais da dominação dos Habsburgos, às vésperas, portanto, da Primeira Guerra Mundial, a condição da mulher de classe média podia ser descrita mais ou menos nos seguintes termos:

Numa sociedade tão completamente patriarcal, as mulheres estavam condenadas a ser a parte mais sofrida. Cada pedaço da anatomia feminina tinha que ser encoberto por vestuário tão incômodo que era impossível a uma mulher vestir-se sem ajuda. Essa pesada indumentária exigia, por sua vez, movimentos totalmente artificiais por parte das mulheres. O código de conduta exigido delas era igualmente artificial – além de que a sociedade não lhes permitia serem educadas em níveis que excedessem o considerado essencial a uma ‘boa criação’. (JANIK & TOULMIN, 1991, p. 41).

Alain Corbin confirma essa situação e tece comentários sobre o uso de outras peças da vestimenta feminina, durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do seguinte:

Outro fato histórico renova então as condutas privadas: o inaudito sucesso da lingerie. A extrema sofisticação da vestimenta invisível valoriza a nudez, dando-lhe maior profundidade. Jamais, observa Philippe Perrot, o corpo feminino foi tão escondido como entre 1830 e 1914. Após a combinação, o calção propaga-se irresistivelmente. Usado primeiro pela menina, vence sua causa junto às mulheres adultas com o triunfo da crinolina [tecido forte de crina], ou seja, no início do Segundo Império. Em 1880, seu uso é imperativo, ao menos na burguesia. Entretanto, o corpete resiste às violentas ofensivas empreendidas contra ele pelo corpo médico. (Apud PERROT, 1997, p. 446-447)

Mas por essa época e, mais nitidamente, após a guerra, também já se observavam alterações no comportamento feminino que se refletiam com particular intensidade nos seus modos de vestir. Em outras palavras, era possível constatar que, adentrando o mundo do trabalho, dividindo e disputando espaço com os homens, novas exigências no vestir feminino decorriam da necessidade de combinar o trabalho e a informalidade em público sem descuidar da elegância (HOBSBAWM, 2009, p. 340).

Como consequência disso, nas grandes metrópoles industrializadas do pós-guerra a mulher poderia assumir visuais que causariam indignação algumas décadas antes:

Exibiam agora partes do corpo, a começar pelas pernas, que as convenções do século XIX relativas ao decoro feminino haviam mantido ocultas dos olhos concupiscentes dos homens. Por outro lado as modas posteriormente à guerra faziam o melhor que podiam para minimizar as características sexuais secundárias que distinguiam mais visivelmente os homens das mulheres, cortando e mais tarde tosquiando cabelos tradicionalmente longos e tornando os seios tão chatos quanto fisicamente possível. (HOBSBAWM, 2009, p. 340)

Ora, inserindo-se no mercado de trabalho, como estavam fazendo, lutando pela sua liberação sexual, buscando, enfim, por uma maior liberdade de movimentos na sociedade, expressa, por exemplo, na prática de esportes, as mulheres tenderam a modificar o seu visual. Aqueles novos tempos não mais condiziam com o uso dos sufocantes corpetes e das longas vestes, típicos do século anterior e aos quais, talvez, suas mães e avós ainda estivessem presas.

O VESTUÁRIO

Conforme acompanhamos até aqui, vestir é algo mais que simplesmente ocultar as “vergonhas”, ou abrigar-se do frio, ou do calor. É uma prática que tem relações não apenas com o fator gênero (roupas femininas e roupas masculinas), idade (trajes infantis, trajes de uso adolescente), ou ocupacional (uniforme militar, vestimentas sacerdotais), mas apresenta ainda implicações de natureza histórica, cultural, social, econômica, entre outras.

Falando de roupas de uso masculino, como você reagiria se, em algum local público, se deparasse com um homem em trajes estilo culotte, tipo de calças justas apreciadas pelos nobres franceses do século XVIII? Mesmo sabendo que tais vestes representavam prestígio e poder (lembra da distinção entre a nobreza e os sans culottes, membros da plebe e defensores da República, liderados por Marat, Danton e Robespierre?), isso foi em outros tempos, ou seja, é algo cultural, social e histórico. E por aí vai, seriam muitos os exemplos a serem lembrados.

SOBRE DUAS RODAS, LÁ SE VÃO OS ESPARTILHOS

Por estranho que possa parecer, o uso da bicicleta, na virada do século XX, teve um papel de relevância em meio às lutas pelos direitos femininos, principalmente na França e nos Estados Unidos. Inicialmente, enquanto meio de transporte, aquele veículo sobre duas rodas dava autonomia às mulheres para irem sozinhas aonde fosse necessário, inclusive para o local de trabalho.

Além disso, o uso de bicicletas impôs a necessidade de dar um adeus às habituais vestimentas, que praticamente impossibilitavam às mulheres o pedalar, ato que pressupõe a liberdade de movimentos. Quanto mais o hábito de fazer uso de

bicicletas se difundia entre as mulheres, mais suas vestimentas tendiam a encurtar e a se tornarem justas. Sobre tal veículo, seria mesmo impensável continuar usando espartilho e os pesados trajés que o ocultavam, ao estilo da tradicional moda francesa. Embora essa moda ainda continuasse sendo uma referência de elegância e bem vestir, não mais se adequava à nova realidade social e cultural do mundo capitalista e da mulher trabalhadora e cada vez mais emancipada.



Imagem 9. De bicicleta, a mulher foi abolindo as vestimentas características do século XIX

(Fonte: <http://www.allposters.com.br>).

Entusiasmada com a novidade, a presidente da Liga Francesa de Direitos da Mulher, Maria Pognon (1844-1925), declarou que a bicicleta seria “igualitária e niveladora” e ajudaria a “libertar o nosso sexo” (MELO & SCHETINO, 2010).

VESTUÁRIO E POLÍTICA

No trecho abaixo, retornaremos um pouco no tempo para dar atenção à moda masculina. Nele, a historiadora Lynn Hunt fala da atenção dada ao trajar nos anos que se seguiram à Revolução Francesa. Segundo suas palavras, o vestuário

revelava o significado público do homem privado. Os moderados e os aristocratas eram identificados por sua recusa em usarem a roseta. A partir de 1792, o barrete vermelho, o casaco estreito com várias filas de botões e as calças largas passam a definir o *sans-culotte*, isto é, o verdadeiro republicano. A roupa é investida de tal significado que a Convenção em outubro de 1793, vê-se obrigada a reafirmar a ‘liberdade do vestuário’. (...)

Apesar do aparente apoio da Convenção ao direito de se vestir à vontade, o Estado desempenhou um papel crescente nesse campo. A partir de 5 de julho de 1792, todos os homens passaram a ser obrigados por lei a usar a roseta tricolor; a partir de 3 de abril de 1793, todos os franceses, sem distinção de sexo, ficaram submetidos a esse decreto. Em maio de 1794, a Convenção solicitou ao pintor-deputado David que apresentasse projetos e sugestões para melhorar o traje nacional. Ele fez oito desenhos, entre os quais se incluíam dois para os uniformes civis. Não havia uma grande diferença entre os trajes civis e os oficiais. Todos consistiam em túnica curta e aberta, presa à cintura por uma faixa, calções justos, sapatos ou botas sem salto, uma espécie de gorro e uma capa três-quartos. Nesse traje, misturavam-se detalhes da Antiguidade, da Renascença e também de figurinos de teatro. A indumentária civil criada por David nunca foi usada. (...) Mesmo depois de abandonado o grandioso projeto de reformar e uniformizar a indumentária masculina, as roupas não perderam seu significado político. (...) De modo geral, a Revolução contribuiu para diminuir o número de peças de roupa e deixar a indumentária mais solta. (In: PERROT, 1997, p. 25-28).

ATIVIDADES



1. No Scielo (<http://www.scielo.br>), você encontra os artigos: “Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas” (<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/13.pdf>) e “O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher” (<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a17n29.pdf>).

Ambos mostram a atuação feminina à frente de periódicos que se posicionaram perante a condição feminina. O primeiro deles está contex-

tualizado na França dos tempos de crise pós-1830, ao passo que o segundo mostra o contexto brasileiro da década de 1870.

Após a leitura dos trabalhos, desenvolva uma reflexão, analisando a atuação dessas mulheres que se colocaram à frente de publicações em que demonstravam suas perspectivas relativas à condição feminina.

SUGESTÕES DE LEITURA

MELLO E SOUZA, Cacilda. O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A autora foi uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a se debruçar sobre o tema da moda.

SCHMITT, Juliana. Mortes vitorianas: corpos e luto no século XIX. Dissertação de

Mestrado em Moda, Cultura e Arte. São Paulo, Centro Universitário SENAC, 2008. Para o tema vestuário e moda, vale conhecer o Capítulo 2 (p. 50-98), onde desfilam padres de negro, renascentistas exibindo tecidos tingidos como sinal de distinção, a austeridade puritana, o colorido da corte de Luís XIV, o ideal vitoriano da fragilidade feminina.

Disponível em:

<http://biblioteca.sp.senac.br/LINKS/acervo278993/Juliana%20Luiza%20de%20Melo%20Schmitt.pdf>